



DIÁRIO

da Assembleia da República

IV LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1985-1986)

REUNIÃO SOLENE COMEMORATIVA DO 25 DE ABRIL

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Fernando Monteiro do Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

José Carlos Pinto Basto da Mota Torres

António Eduardo de Sousa Pereira

José Manuel Mala Nunes de Almelda

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adérito Manuel Soares Campos.
Alberto Monteiro Araújo.
Álvaro Barros Marques de Figueiredo.
António d'Orey Capucho.
António Joaquim Bastos Marques Mendes.
António Manuel Lopes Tavares.
António Paulo Pereira Coelho.
António Roleira Marinho.
António Sérgio Barbosa de Azevedo.
Arlindo da Silva André Moreira.
Aurora Margarida Borges de Carvalho.
Belarmino Henriques Correia.
Cândido Alberto Alencastre Pereira.
Carlos Alberto Pinto.
Carlos Miguel Maximiano Almeida Coelho.
Cecília Pita Catarino.
Cristóvão Guerreiro Norte.
Domingos Silva e Sousa.
Fernando Dias de Carvalho Conceição.
Fernando José Alves Figueiredo.
Fernando José Próspero Luís.
Fernando José Russo Roque Correia Afonso.
Francisco Jardim Ramos.
Francisco Mendes Costa.
Francisco Rodrigues Porto.
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
Henrique Luís Esteves Bairrão.
Henrique Rodrigues Mata.
João Álvaro Poças Santos.
João Domingos Abreu Salgado.

João José Pedreira de Matos.
João José Pimenta de Sousa.
João Maria Ferreira Teixeira.
Joaquim Carneiro de Barros Domingues.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim da Silva Martins.
José de Almeida Cesário.
José Assunção Marques.
José Filipe Athayde Carvalhosa.
José Francisco Amaral.
José Guilherme Coelho dos Reis.
José Júlio Vieira Mesquita.
José Luís Bonifácio Ramos.
José Maria Peixoto Coutinho.
José Pereira Lopes.
José de Vargas Bulcão.
Licínio Moreira da Silva.
Luís António Damásio Capoulas.
Luís António Martins.
Luís Jorge Cabral Tavares Lima.
Luís Manuel Costa Geraldês.
Luís Manuel Neves Rodrigues.
Manuel Ferreira Martins.
Manuel João Vaz Freixo.
Manuel Maria Moreira.
Mário Jorge Belo Maciel.
Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
Miguel Fernando Miranda Relvas.
Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
Rui Alberto Limpo Salvada.
Rui Manuel de Oliveira Costa.
Rui Manuel Parente Chancerelle Machete.
Valdemar Cardoso Alves.
Vasco Francisco Aguiar Miguel.
Virgílio de Oliveira Carneiro.
Victor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Alberto Manuel Avelino.
 Aloísio Fernando Macedo Fonseca.
 António Almeida Santos.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Frederico Vieira de Moura.
 António Gonçalves Janeiro.
 António Manuel Azevedo Gomes.
 António Manuel Ferreira Vitorino.
 António José Sanches Esteves.
 Américo Albino Silva Salteiro.
 Carlos Alberto Raposo Santana Maia.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel Luís.
 Francisco Manuel Marcelo Curto.
 Helena Torres Marques.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Fernando Henriques Lopes.
 João Rosado Correia.
 Jorge Lacão Costa.
 José Augusto Fillol Guimarães.
 José Barbosa Mota.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Mário Nunes da Silva.
 Raúl da Assunção Pimenta Rêgo.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Raul Manuel Gouveia Bórdalo Junqueiro.
 Rui do Nascimento Rabaça-Vieira.
 Victor Hugo de Jesus Sequeira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Agostinho Correia de Sousa.
 Alexandre Manuel da Fonseca Leite.
 Ana da Graça Gonçalves Antunes.
 António Alves Marques Júnior.
 António Eduardo de Sousa Pereira.
 António Lopes Marques.
 António Magalhães de Barros Feu.
 António Maria Paulouro.
 Arménio Ramos de Carvalho.
 Carlos Alberto Bartolo de Paiva Campos Narciso Martins.
 Carlos Alberto Rodrigues Matias.
 Carlos Artur Trindade Sá Furtado.
 Carlos Joaquim de Carvalho Ganopa.
 Fernando Dias de Carvalho.
 Francisco Armando Fernandes.
 Herminio Paiva Fernandes Martinho.
 Jaime Manuel Coutinho da Silva Ramos.
 Joaquim Carmelo Lobo.
 José Caeiro Passinhas.
 José Carlos Torres Matos de Vasconcelos.
 José Emanuel Corujo Lopes.
 José Fernando Pinho da Silva.
 José Luís Correia de Azevedo.
 José da Silva Lopes.
 José Rodrigo da Costa Carvalho.
 Paulo Manuel Quintão Guedes de Campos.
 Roberto de Sousa Rocha Amaral.
 Rui José dos Santos Silva.
 Tiago Gameiro Rodrigues Bastos.
 Vasco Pinto da Silva Marques.

Vitorino da Silva Costa.
 Victor Manuel Ávila da Silva.
 Victor Manuel Lopes Vieira.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favas Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal.
 António da Silva Mota.
 António Manuel da Silva Osório.
 Belchior Alves Pereira.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos Campos Rodrigues Costa.
 Carlos Manafaia.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Francisco Miguel Duarte.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel dos Santos Magalhães.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Luís Manuel Loureiro Roque.
 Manuel Rogério de Sousa Brito.
 Maria Ilda da Costa Figueiredo.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Rogério Paulo Sardinha de S. Moreira.

Centro Democrático Social (CDS):

António José Tomás Gomes de Pinho.
 António Vasco Melo César Menezes.
 Francisco António Oliveira Teixeira.
 João Gomes de Abreu Lima.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Maria Andrade Pereira.
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia.
 Manuel Fernando Silva Monteiro.
 Pedro José del Negro Feist.
 Manuel Afonso Almeida Pinto.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE):

João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 José Manuel do Carmo Tengarrinha.
 Raul Fernando de Moraes e Castro.

Deputados independentes:

Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.
 Maria Amélia Mota Santos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, de acordo com o programado, interrompo de imediato a sessão para a reiniciarmos às 12 horas.

A sessão foi interrompida.

Pelas 11 horas e 55 minutos, deu entrada na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Sr. Presidente da República, o Sr. Presidente da Assembleia da República, o Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, os Secretários da Mesa, a comitiva do Presidente da República, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o chefe, o chefe-adjunto e os Secretários do Protocolo do Estado.

No hemiciclo encontravam-se já o Ministro da República para a Madeira, os Ministros, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, os Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Arma-

das, o Presidente do Conselho Nacional do Plano, o Presidente da Assembleia Regional da Madeira, o Provedor de Justiça, os Conselheiros de Estado, o Procurador-Geral da República, o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, os Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo e do Supremo Tribunal Militar, o Comandante Naval do Continente, o Comandante do Comando Operacional da Força Aérea, o Governador Militar de Lisboa e os Comandantes-Gerais da Guarda Nacional Republicana, da Guarda Fiscal e da Polícia de Segurança Pública.

Encontravam-se ainda presentes nas tribunas e galerias os Marechais António de Spínola e Costa Gomes, os restantes membros do Governo e outras altas autoridades, o corpo diplomático, membros da direcção da Associação 25 de Abril e ex-Conselheiros da Revolução, o Vigário-Geral da Diocese de Lisboa, em representação do Cardeal-Patriarca, e os demais convidados.

Constituída a Mesa, na qual o Sr. Presidente da República ocupou o lugar à direita do Sr. Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada na Sala dos Passos Perdidos, executou o Hino Nacional.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, declaro reaberta a sessão.

Iniciando os nossos trabalhos da forma habitual, tem a palavra o representante do MDP/CDE, Sr. Deputado José Manuel Tengarrinha.

O Sr. José Manuel Tengarrinha (MDP/CDE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Uma saudação muito especial, antes de tudo, para aqueles que se encontram entre nós por inteiro direito próprio, uma saudação muito especial, antes de tudo, para os capitães de Abril presentes aqui entre nós.

Aplausos gerais.

Juntos aqui estamos, um ano mais, para assinalar o 25 de Abril. Justo conferir a este acto toda a solenidade e brilho, merecedor como ele é da nossa gratidão e da dos que depois de nós vierem.

Ano após ano nunca deixou de crescer a atitude exaltante para com a revolução que pôs fim à mais velha ditadura europeia, abriu as cadeias, destruiu os maiores factores de opressão política e social, contribuiu para libertar os povos das colónias, lançou o projecto de uma sociedade onde as camadas mais desfavorecidas seriam protegidas e as injustiças sociais diminuídas. Honra e glória, para sempre, ao povo português, que, pela determinação da sua luta e o pranto do seu luto, preparou o caminho da libertação. Honra e glória aos homens armados desse povo que tornaram possível a libertação, honra e glória para sempre aos capitães e Abril.

Mas que a postura grave e as roupagens solenes, que nesta data, com razão, vestimos não façam do solene uma simples formalidade nem do majestoso uma mera pompa de circunstância. Seria isso guardar o 25 de Abril numa redoma para contemplação e veneração, imobilizando-o no tempo, fossilizando-o. Seria isso secar a força vital que o 25 de Abril encerra, o potencial criador e a dinâmica de transformação que trouxe consigo. Pois esta, como qualquer outra revolução libertadora, deve valer não apenas pelo acto em si, mas pelo processo transformador que desencadeia. E esse

processo não é linear nem unívoco. Nenhuma força ou corrente se pode considerar detentora da verdade sobre o 25 de Abril. Que cada um o veja à sua maneira, que cada um interprete, de forma diversa, o curso dos acontecimentos que gerou só poderá ser sinal da vitalidade que ainda hoje tem e da força com que ainda hoje se projecta o 25 de Abril sobre nós. Assim é a assim desejamos que sempre seja.

Hoje, 1986, doze anos passados, vemos a atitude democrática que esteve na origem do 25 de Abril, simultaneamente como uma fonte de energia e um factor redutor. Por um lado, não se apagaram nem se apagarão tão facilmente os laços anímicos profundos entre os que se ergueram contra o fascismo. Mas, por outro lado, transportar tal atitude do passado para o presente é procurar retomar instrumentos conceptuais e políticos que, por inadequados, são inoperantes. Assim será, por exemplo, tentar sobrevalorizar o conceito de unidade antifascista quando, como hoje, não se vislumbram perigos graves para a democracia.

A unidade democrática é hoje, 1986, um fenómeno muito mais complexo do que a simples transposição, real ou potencial, do plano dos interesses sociais concretos para o plano das opções políticas. Factores de natureza ideológica, como as opções sobre projectos de sociedade, são — e não vemos que possam deixar de ser — fortemente determinantes de convergências ou divergências nos planos social e político. É uma realidade indelmentível da sociedade do nosso tempo.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Muito bem!

O Orador: — Mas, também por isso, é mais do que nunca indispensável desenvolver o diálogo como base fundamental do relacionamento democrático. Estaremos em condições de fazê-lo? Muito se tem falado na libertação material do homem após o 25 de Abril, muito pouco, quase nada, na libertação das consciências. Porque ela não está livre de bloqueios e compartimentações, de prejuízos e lastros que impedem o desenvolvimento livre da razão. E são estas prisões graves, cujas portas, em grande parte, Abril ainda não abriu, as «prisões de longa duração» de que nos falava Braudel. Conduzindo a graves limitações na vivência democrática da nossa sociedade.

Quando não se concorda ou discorda de uma ideia por ser boa ou má mas por sair de um ou de outro sector, quando a liberdade de escolha é condicionada por factores que nada têm a ver com a lógica ou a razão, quando os juízos procuram, para se justificar, obscuros e ínvios trajectos, então estamos a assistir, sem dúvida, a uma situação de minoridade da consciência cívica. E todos, em maior ou menor grau, temos responsabilidades nisso.

Uma das mais absurdas questões que os analistas políticos futuros certamente não deixarão de encarar como algo estranho e exótico é a da classificação usada por uns e por outros sobre «partidos democráticos». Será um dos factores que melhor ilustrarão quanto é ainda imaturo o nosso relacionamento, para o qual todos, e nós próprios, temos contribuído. Compreensível à luz dos acontecimentos, inevitavelmente tumultuosos, que marcaram os primeiros anos da nossa democracia, já não o é hoje, doze anos passados sobre o 25 de Abril, vivendo em período de estabilidade democrática.

Por isso nos aparecem ainda como mais aberrantes algumas arrogantes atitudes de *diktat* sobre os que são

democratas e os que não são democratas. Tanto mais que tais atitudes estão ao serviço, as mais das vezes, de meros arranjos de circunstância ou de interesses de ocasião.

Não são democratas uns quando, em certa situação, convém marginalizá-los ou delimitá-los para tentar ocupar parte do seu espaço, são democratas outros quando, em certo momento, se tenta um agrupamento mais vasto; há os que um dia são democratas; outro dia não, e até há os que, ao mesmo tempo, são e não são. Convenhamos, meus senhores, que não é negócio muito honrado este. Agravam-se, assim, as crispções; dificulta-se a normalização da vida democrática. Mas talvez tudo isso nem fosse excessivamente grave se, para além dos palcos onde tais esgrimas decorrem, elas não dessem uma imagem de falta de seriedade e isenção, não se projectassem como verdadeiras agressões à consciência do cidadão comum, que recolhe daí uma imagem negativa do relacionamento partidário dos partidos. Em nosso entender — e penitenciando-nos pelo que em nossas parte cabe de pecado na matéria —, o único critério, elementar, objectivo, compreensível é: os que pela sua prática, sim ou não, se integram nos mecanismos institucionais de funcionamento da democracia e cujas propostas, sim ou não, põem em causa os principais fundamentos do poder político democrático, aceitando ou não o critério da maioria em que este deve assentar.

O pluralismo partidário deve ser defendido no seu prestígio para ser eficaz como base do funcionamento da nossa sociedade democrática, tal como o MDP/CDE tem vindo a defender programaticamente. É esse o quadro da liberdade de opções e da possibilidade de organização superior dessas opções que, segundo o princípio da maioria, deve ser sempre condição central da constituição do poder político. O trajecto que defendemos para a democracia socialista deve, na nossa opinião, passar indispensavelmente por essa escolha livre dos cidadãos e também pelas convergências sociais e políticas, pontuais ou estabilizadas em blocos, sem que, atendendo à estrutura das sociedades actuais com algum grau de desenvolvimento, seja possível ou legítima a hegemonia de qualquer grupo ou camada social sobre o conjunto da sociedade e, muito menos, o estabelecimento de fronteiras maniqueístas.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Muito bem!

O Orador: — Embora todas estas sejam linhas programáticas, velhas de alguns anos — aprovadas no nosso IV Congresso do MDP/CDE —, entendemos ser a Assembleia da República o local indicado para tal debate, como centro institucional da vida política e local privilegiado para o confronto de ideias e projectos políticos, e este, também, é o momento indicado, tendo sido uma das maiores virtudes do 25 de Abril restabelecer o debate frontal e livre e a normalização das relações sociais e políticas.

Tudo isto nos aparece como particularmente importante num momento em que se abrem condições novas no relacionamento partidário e fecundas vias de diálogo, que poderão permitir não necessariamente o entendimento e a concordância, mas, antes de tudo, o conhecimento das posições mútuas alargado a todos, mas a todos os quadrantes políticos. Só receia o diálogo quem julga defender-se enquistando-se nas posi-

ções próprias ou quem faz do diálogo o cumprimento de uma mera formalidade para retirar efeitos exteriores.

As novas e mais favoráveis condições para a expansão do diálogo político, a que ninguém deveria furtar-se, resultam, antes de tudo, de se ter alargado a disposição das partes de dialogarem para se ouvirem, sabendo-se como só se ouve quando se quer ouvir.

Isto é, o desenvolvimento do diálogo aberto, sem preconceitos, independentemente de acordos, para o conhecimento das mútuas posições, abrindo cada vez mais as cadeias em que está em parte aprisionada a nossa consciência democrática. É essa, sem dúvida, uma das melhores homenagens que hoje poderemos prestar à revolução libertadora do 25 de Abril.

Viva o agora e sempre 25 de Abril.

Aplausos do MDP/CDE, do PSD, do PS, do PRD e do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do CDS, Sr. Deputado Manuel Monteiro.

O Sr. Manuel Monteiro (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Evocar o 25 de Abril de 1974, hoje e aqui, é, antes de mais, um exercício de vontade, de fé e de esperança, no sentido que sempre lhe demos e damos, no espírito que lhe reconhecemos e saudamos.

Como deputado mais jovem do CDS e como presidente da sua organização política de juventude, a Juventude Centrista, não poderia pois eximir-me a tal responsabilidade, ciente de que aos jovens da minha geração, que é a do 25 de Abril, as exigências e os desafios são uma constante. O passado que não renegamos e o presente que não alienamos não são, porém, para nós mais importantes que o futuro por que nos batemos. Crescemos com o 25 de Abril. Não nos revemos, seguramente, nem nos sentimos identificados com o 24 de Abril, mas não nos revemos também com o 24 de Novembro de 1975, pelo que afirmamos que o verdadeiro 25 de Abril se encontra ainda por cumprir e nos cabe a nós, jovens, mais do que nunca, lembrá-lo, evocá-lo, enaltecê-lo, fazê-lo! A liberdade e a democracia, valores que perfilhamos e defendemos; têm sido desvirtuados, cometendo-se à luz da sua grandeza arbitrios e graves erros, que ao País custarão muito a sanar. Vivemos em liberdade. Por ela sempre nos bateremos. Mas a liberdade que preconizamos não tem limites nem barreiras. A liberdade em que acreditamos não é a liberdade do aborto, não é a liberdade dos salários em atraso, não é a liberdade das famílias com fome, não é a liberdade dos jovens sem emprego, não é a liberdade do *numerus clausus*, não é a liberdade da insegurança, não é, afinal, a liberdade da incerteza.

Não queremos uma sociedade onde seja necessário escolher entre o pão e o voto. Não queremos uma sociedade onde o primeiro direito, que é o direito a nascer, e a primeira liberdade, que é a liberdade de dignamente viver, sejam coarctadas por um Estado que, criado para servir o homem, o vai cada vez mais subjugando.

Há hoje uma classe política que sabe e sente já não ser ouvida. Não percebe as novas gerações. Continua a distanciar-se do País e está irremediavelmente con-

denada a ser substituída. Vive agarrada a mitos e sobrevive encostada a leis que não traduzem o sentir do povo, nem correspondem aos seus mais legítimos anseios. Luta pela manutenção de um Estado parasitário, que pretensamente diz querer nivelar os indivíduos e a sociedade, e empenha-se nas negociações de bastidores, nos arranjos pessoais nas estruturas partidárias, nas lutas estereis apenas fundamentadas e justificadas, aos olhos da opinião pública, em função de pessoas e não de projectos, ideais, missões, acções.

Não foi para isso que nos disseram ter sido feito o 25 de Abril. Daí que o verdadeiro 25 de Abril de 1974 comece hoje, no Portugal de 1986, com tolerância como imperativo moral, com diálogo como forma de respeitar o pluralismo, com coragem e competência como garante de continuar Portugal.

Como alguém um dia escreveu, «a sociedade é o acordo entre os mortos, os vivos e os que ainda não nasceram». Nesse sentido e sabendo nós que o 25 de Abril começa hoje, assumimos com ele um compromisso e uma aposta, dignificá-lo-emos com justiça, por ele trabalharemos com verdade.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Nação de muitas tradições na Europa e no mundo, Portugal viu finalmente abrirem-se-lhe as portas da Comunidade Económica Europeia. Passo importante que nos deve levar a trabalhar decididamente para que não sejamos considerados como o parceiro mais fraco e para que as decisões que dizem respeito ao nosso destino não sejam tomadas apenas pelos outros.

Mas para que tal suceda é fundamental que se quebrem as amarras que nos não deixam progredir e desenvolver, como necessário se torna abandonar a lógica conjuntural, fiel apenas à conquista de votos, preocupada com o sucesso de mais uma ou outra campanha eleitoral. Tal acção, já que sendo meramente conjuntural, é aleatória dos princípios e dos valores que, em primeira instância, o CDS, como partido da democracia cristã portuguesa, defende. A nação portuguesa e o seu povo, os seus problemas, os seus anseios, as suas esperanças merecem-nos o mais alto dos respetos para que possamos envolver-nos em arranjos de Poder, convictos de que o progresso e o desenvolvimento se alcançam com estabilidade político-governativa e que, para que esta se mantenha, importa que todos saibamos assumir as responsabilidades que os Portugueses, através do voto, nos confiaram.

E porque assim o exigimos, assim o fazemos, declarando nesta data, hoje e aqui, que o País precisa de rever a sua Constituição, por forma a que ela, como lei fundamental, corresponda a um compromisso real e participado de todos os portugueses; que o País precisa de restaurar a confiança na sociedade, estancando o seu processo de desqualificação, moralizando-a, responsabilizando-a, dando-lhe, em suma, objectivos.

Queremos um novo Estado, assente na sua fundamental instituição — a família —, que tantos têm apostado em destruir, conscientes da sua importância e real valor.

Mas queremos também um Estado que, ao cumprir cabalmente as suas funções, tenha em atenção o homem, que, como pessoa humana, tem o direito de, livremente, escolher o seu futuro, dando-lhe condições para que se realize, permitindo-lhe que intervenha e invista nos sindicatos, nas misericórdias, nos campos, nas escolas, nas empresas.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Poder, logo a política, não são para nós um fim em si próprios. Defendemos que aquilo que contém de mais perene não pode ser traduzido numa gestão de pressões contraditórias, abrigando explícita ou implicitamente soluções transitórias, que não raro pioram, porque adiam, ao contrário de melhorar, o antigo estado de coisas. Temos afirmado, e repetimo-lo, que a viabilidade do actual regime, nos anos futuros, dependerá, não tenhamos dúvidas, do grau de satisfação que for capaz de dar às legítimas aspirações dos Portugueses em geral e dos jovens em particular, do grau de resolução que for capaz de dar aos seus problemas, da amplitude dos horizontes de realização individual e colectiva que lhes vier oferecer.

Como diria Louis Pauwels, «há um tempo para tudo, e há mesmo um tempo para que os tempos se tornem a encontrar».

Tenhamos pois tempo para agarrar a verdadeira liberdade e a verdadeira democracia e com elas realizemos as reformas de que o País carece e os Portugueses exigem. Não queremos continuar a ter o amanhã empenhado na dívida, na dívida e no desenvolvimento adiado.

Queremos mais liberdade, porque queremos mais desenvolvimento e mais futuro. Mas porque também nós dizemos, como Fernando Pessoa, «que a vontade de fundo que nos soergue é o desejo poder querer», o 25 de Abril será por nós amplamente festejado, e em todas as suas dimensões, quando o martirizado e esquecido povo de Timor, a que presto desta tribuna, em nome do CDS e da Juventude Centrista, a minha solidariedade, vir o seu direito à existência consagrado; quando os milhares de jovens sem emprego tiverem colocação; quando os trabalhadores com salários em atraso receberem os seus ordenados; quando os empresários e agricultores, injustamente espoliados dos bens, forem indemnizados; quando as famílias portuguesas com fome tiverem alimento; quando os Portugueses não tenham necessidade de procurar o seu sustento fora da sua pátria.

Tal será possível quando soubermos, deixando de lado o acessório, unir esforços no essencial, certos de que aquilo que nos une é ou deve ser mais importante do que o que nos separa.

Se o conseguirmos, nada terá sido em vão. Teremos cumprido a nossa principal tarefa e missão e alcançado a nossa meta. Como portugueses temos esse direito, como políticos temos essa obrigação.

Saibamos, de forma decidida e humilde, reconhecer que a modificação do mundo pressupõe a modificação da sua representação. E tenhamos a consciência de que esta, sendo importante, é-o bem menos do que aquela.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Evocamos o 25 de Abril num ano que, estando internacionalmente consagrado à paz, a insegurança dos cidadãos e o conflito entre as nações aumentam. A evolução mundial está sujeita a tensões. Saibamos nós, com a experiência que temos de estar no mundo, contribuir para que o bom relacionamento entre os povos e a paz sejam uma realidade.

Queria terminar deixando-lhes uma mensagem de esperança: é que, se o mundo acabasse amanhã, valeria a pena que todos plantássemos uma macieira.

Aplausos do CDS e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o representante do PCP, Sr. Deputado Octávio Pato.

O Sr. **Octávio Pato (PCP)**: — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Representantes do Governo, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Estamos hoje, aqui na Assembleia da República e também em múltiplas iniciativas por todo o país, a comemorar mais um aniversário do 25 de Abril de 1974. E importa sublinhar que, mais do que uma mera celebração de uma qualquer data ou acontecimento passado, esta é a celebração de uma realização histórica do povo português — a conquista da liberdade que vivemos hoje e a construção da democracia que temos hoje, após 48 anos de ditadura fascista.

Em nossa opinião, celebramos não apenas um exaltante e inesquecível acontecimento do nosso passado recente, mas fundamentalmente uma linha de rumo democrática e nacional, que o nosso presente reclama e que o nosso futuro continuará a exigir.

Num momento em que grande parte da população portuguesa vive gritantes dificuldades e é atingida por enormes carências e flagrantes injustiças e o País conhece uma grave crise, que não pode ser iludida, julgamos necessário reafirmar que as responsabilidades pelo agravamento da situação nacional, pela frustração de esperanças populares que emergiram em 25 de Abril, não podem ser assacadas nem ao 25 de Abril nem ao regime democrático, porque são fundamentalmente consequência de erros e de orientações inspiradas pela hostilidade às transformações políticas e sócio-económicas criadas com o 25 de Abril.

Em inteira coerência com o que de há muito defendemos, entendemos oportuno reafirmar nesta ocasião que a estabilidade democrática é uma condição essencial para a solução dos graves problemas de Portugal e para o progresso e desenvolvimento multiforme do País.

Mas entendemos necessário acentuar que a estabilidade democrática é um conceito e um objectivo que não pode ser confundido com a persistente imposição de políticas desastrosas e comprovadamente fracassadas na prova suprema do seu confronto com a vida nem com soluções governativas inadequadas ao esforço de solução dos problemas nacionais e desajustadas do quadro político efectivamente existente na sociedade portuguesa.

Estabilidade democrática tem de significar, acima de tudo, estabilidade da ordem constitucional, estabilidade das novas realidades e das transformações alcançadas com o 25 de Abril, estabilidade na vida económica e social, estabilidade no funcionamento regular das instituições democráticas, estabilidade dos direitos e liberdades dos cidadãos.

Para se garantir a estabilidade política, o caminho a percorrer não pode ser o de forjar operações de engenharia eleitoral que distorçam a correcta expressão institucional do sufrágio popular, mas sim o de encontrar as plataformas de consenso e de convergência que permitam soluções governativas estáveis e eficazes, com base no próprio apoio social mobilizado para a execução de uma política democrática.

Para se assegurar a estabilidade social, o caminho a percorrer não pode continuar a ser o do aumento do desemprego e do número de trabalhadores com salários em atraso, o de mover hostilidade sistemática às

aspirações e aos direitos dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas, dos jovens e dos reformados, mas sim o da resposta eficaz e atempada às suas mais prementes inquietações e reivindicações, num quadro de diálogo efectivo, sincero e construtivo.

Para se garantir a estabilidade económica, o caminho que urge percorrer não pode continuar a ser o da manutenção no centro da política económica da destruição do sector nacionalizado e da Reforma Agrária, com o objectivo de restauração de antigas e novas oligarquias, mas o de respeitar a diversidade das formações económicas existentes e canalizar e orientar a dinâmica própria a cada uma delas no esforço geral para o desenvolvimento nacional.

Para se salvaguardar a estabilidade institucional, o caminho que se impõe percorrer não é o da criação de guerrilhas institucionais entre órgãos de soberania, não é o de fundar outro regime e impor outra Constituição, mas sim no seu respeito e no pleno aproveitamento das potencialidades imensas que contém para o florescimento da democracia, para a construção de uma vida melhor e de um futuro mais promissor para os Portugueses.

Para se salvaguardar a paz e a independência nacional, o caminho não é fazer do País um centro de conspiradores ou permitir que aviões dos EUA sobrevoem o território nacional, para bombardear outro país, mas sim promover uma política de paz e cooperação com todos os povos e países.

O Sr. **António Capucho (PSD)**: — É falso!

O **Orador**: — Não ignoramos nem pretendemos escamotear que, nestes doze anos passados sobre o 25 de Abril, se afirmaram divergências profundas e mesmo agudos conflitos entre forças democráticas e entre portugueses que têm ou assumem o 25 de Abril como ponto de referência essencial da sua conduta política e cívica.

Importa porém referir que, em alguns momentos cruciais para a sobrevivência do regime democrático, as forças democráticas, apesar da diversidade das suas opções e orientações, foram capazes de convergir para salvar o País de perigosos retrocessos de cariz autoritário, revanchista e restauracionista.

Pensamos que as forças democráticas devem à democracia, ao 25 de Abril, e ao seu país, muito mais do que a convergência ou entendimento apenas face a perigos iminentes.

Devem ao país e à democracia a capacidade de dialogarem, se entenderem e cooperarem para dar resposta aos gravíssimos problemas que afectam Portugal e amarguram ou entristecem a vida do povo português, para assegurar caminhos firmes de liberdade, bem-estar colectivo, justiça social, tolerância, progresso, desenvolvimento, dignidade, soberania e independência nacionais.

Expressámos a maior gratidão a todos quantos, com justo destaque para os militares do MFA e para o povo que prontamente os secundou no acto histórico do derube da ditadura fascista, deram uma contribuição imensa e inesquecível para a conquista da liberdade e para o curso do processo de democratização da vida nacional.

O Partido Comunista Português, orgulha-se de ter dado uma relevante contribuição para a derrota do fascismo. Orgulha-se de ter participado, com todas as suas

energias, nas tarefas da defesa e consolidação da situação democrática emergente do 25 de Abril e na fundação e construção do regime democrático consagrado na Constituição da República.

E, passados doze anos sobre o 25 de Abril, o Partido Comunista Português tem orgulho em poder reafirmar, na Assembleia da República mas ao mesmo tempo perante o País, a sua plena identificação com a democracia portuguesa, entendida não como um conceito abstracto e nebuloso, onde possam caber as piores perversões antidemocráticas e o revanchismo mais brutal, mas como o concreto regime democrático-constitucional vigente em Portugal, caracterizado por uma indissociável ligação entre a democracia política, económica e social, entre direitos e liberdades de notável amplitude e profundas transformações sócio-económicas, expressão superior do insubstituível património de objectivos, conquistas, ideais e valores do 25 de Abril.

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e de alguns deputados do PRD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do PRD, Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Marques Júnior (PRD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Srs. Convidados, Minhas Senhoras, Meus Senhores: Doze anos depois, o 25 de Abril continua vivo — e bem vivo.

A cerimónia que hoje nos reúne é disso prova expressiva: Presidente da República e deputados, representantes legítimos dos Portugueses, únicos órgãos de soberania que emanam directamente da vontade popular, estão todos reunidos para celebrar essa data libertadora.

E para lá de divergências ideológicas, político-partidárias, julgo que todos reconhecemos, embora nem todos porventura com a mesma veemência ou convicção, que a Revolução de 1974 é um marco maior na história do nosso país, raiz e fundamento do nosso regime democrático, que já ninguém ousa pôr em causa.

Mas expressivo é também que por todo o País se multipliquem as manifestações de júbilo e as festas populares que demonstram exuberantemente que o 25 de Abril está profundamente enraizado no coração do nosso povo.

E é natural que assim seja. É natural que só aqueles que têm alma de tiranos, ou de escravos, sejam saudosos de um regime ditatorial que durante 48 anos oprimiu e explorou os Portugueses. Nunca, aliás, será demais lembrá-lo. Sobretudo, porque os jovens que hoje têm vinte ou vinte cinco anos, aquando do 25 de Abril tinham oito ou treze anos, e por isso, em geral, ignoram completamente o que foi o fascismo. E é indispensável que o saibam. Aliás, para se alcançar a importância e o significado do 25 de Abril, para se compreender como tantos de nós o vivemos com paixão e com alegria, até às lágrimas, tem de se saber a situação que anteriormente se vivia.

E essa situação era de tirania, de guerra colonial, de exploração, de polícia política, do partido único, da censura; essa situação era a de violação mais frontal de todos os direitos do homem, das perseguições, das

arbitrariedades de toda a ordem, da tortura, até do assassinio; a situação era a de os Portugueses serem prisioneiros ou exilados na sua própria pátria, privados de direitos, liberdades e garantias, «orgulhosamente sós», vivendo sob o jugo de um regime obsoleto, anacrónico e totalitário, condenado por todos os países democráticos do mundo.

A 25 de Abril de 1974, o movimento das Forças Armadas, culminando e coroando a longa e difícil luta de todos os resistentes e democratas portugueses, derubou o regime ditatorial e ilegítimo e, de imediato, restituiu aos cidadãos a liberdade e as liberdades. De imediato, abriram-se as portas das prisões políticas, acabou a famigerada PIDE/DGS, extinguiram-se a censura e todas as outras restrições à liberdade de expressão, reconheceu-se o direito dos povos irmãos das colónias à autodeterminação e à independência, consagraram-se os direitos de associação, reunião, greve, formação de partidos políticos, eliminaram-se leis e limitações injustificáveis e injustificadas em vários domínios da sociedade, valorizou-se o trabalho, instituiu-se um salário mínimo nacional, voltaram os exilados e os Portugueses reconquistaram a eminente dignidade da pessoa humana, a guerra deixou de ser o único horizonte para os jovens e para tantos homens deste país, os irmãos, as noivas, os filhos, os pais deixaram de ter de chorar os seus familiares distantes ou mortos, a paz e a liberdade, bens supremos, voltaram às nossas cidades, aos nossos campos, às nossas casas.

Houve, de certo, com o decorrer dos tempos, erros, excessos, desvios. Mas, no cômputo global, e analisado a esta distância, tem de se concluir que, após uma ditadura tão longa e tão brutal, ainda que aparentemente ou externamente temperada pela «brandura dos nossos costumes», nunca houve uma revolução tão bela, tão generosa e tão fraterna como a do 25 de Abril.

Aplausos gerais.

Que os cravos, e cravos nos canos das espingardas, se tivessem transformado, aqui e em todo o mundo, no símbolo da nossa revolução é, em si mesmo, extremamente significativo. E se a imagem dos cravos sofreu, como é natural, a degradação do uso, se à força de ser utilizada perdeu a força do que é novo, nem por isso o símbolo que eles representam diminui de intensidade, de sentido, eu diria mesmo, de cor e de perfume, florindo sempre jovens em cada mês de Abril.

Por isso, o PRD deseja, antes de tudo, lembrar e saudar todos os «Capitães» do MFA, todos os militares de Abril, desde os mais conhecidos que simbolizámos nos ex-Conselheiros da Revolução aqui presentes...

Aplausos gerais.

... aos mais anónimos, e qualquer que seja hoje a sua posição, com a certeza que a eles lhes devemos, em primeira linha, toda a liberdade e a dignidade reconquistada pela nossa Pátria e pelo nosso povo.

E se, infelizmente, algumas vezes esses militares e o seu órgão representativo, constitucionalmente consagrado, para lá de erros que como todos tenham cometido, foram vítimas de injustiças, até por parte de alguns daqueles que mais obrigação tinham de não os praticar, estamos certos de que o povo português e a história lhes farão, e já estão a fazer, justiça.

O PRD não esquece, porém, que a revolução de 1974 só foi possível porque, ao longo de quase meio século, gerações e gerações de resistentes e de corajosos lutadores pela liberdade deram o melhor do seu esforço, às vezes o seu sangue e até a sua vida, para que a democracia fosse possível. A todos eles, desde os mais conhecidos — simbolizados por muitas e conhecidas personalidades aqui presentes — até aos mais anónimos, o PRD exprime a sua homenagem e a sua gratidão.

Aplausos do PRD, do PSD, do PS, do PCP e do MDP/CDE.

Permitam-me ainda que, em nome do meu partido e no meu próprio, acrescente algumas considerações: este dia tem para mim um significado muito especial não só por comemorar e lembrar o passado ainda recente, em que me orgulho de ter sido um dos militares de Abril, mas também pelo facto de, como deputado eleito, poder usar da palavra em nome do grupo parlamentar do PRD neste local — o símbolo privilegiado da democracia.

Que um militar de Abril fale, neste dia e nesta tribuna, na qualidade de deputado eleito por um partido político tem, pois, um significado pessoal, partidário e naturalmente político.

Pessoal por não ser sem emoção comovida que é possível a quem viveu e participou no 25 de Abril estar no Parlamento a recordá-lo e a saudá-lo. Que honra maior depois de ter tido a legitimidade revolucionária, ter agora a legitimidade do sufrágio popular para ser um dos representantes do povo português nesta Casa?

Aplausos do PRD, do PS, do PCP e do MDP/CDE.

Partidário, porque a escolha feita pelos meus companheiros de bancada significa uma escolha clara pelos valores e pela esperança de Abril — só, porque a esperança de Abril não foi ainda inteiramente cumprida, e nós queremos que o seja, é que o PRD foi criado e prossegue a sua acção política. Com isto não nos arrogamos, evidentemente, a exclusividade na defesa daqueles valores e daquela esperança — que deve ser partimónio de todos os democratas e de todos os portugueses —, mas afirmamos claramente que, com outros e ao lado de outros, queremos dar o contributo decisivo para que essa esperança se cumpra.

Aplausos do PRD.

Político, na medida em que estar hoje nesta tribuna simboliza, de algum modo, o compromisso de honra dos militares de Abril. Foi ao povo português que devolveram a soberania, tornando-os de novo cidadãos, em vez de súbditos.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Uma das melhores maneiras, senão a melhor, de comemorar hoje o 25 de Abril é resolver os problemas concretos dos cidadãos, vencer as dificuldades e as carências, tantas vezes gravíssimas, de milhares de portugueses que continuam a viver em condições desumanas.

É indispensável assumirmos, em termos de consciência colectiva, esta realidade; é necessário que os políticos estejam à altura deste desafio e das exigências que o 25 de Abril representa.

Nesse espírito e a essa luz, permanecendo actuais os grandes objectivos do 25 de Abril, o PRD pretende ser um elemento dinamizador na sua concretização, tudo fazendo para que a justiça social seja cada vez maior, a liberdade possibilite a igualdade de oportunidades e seja cada vez mais participativa, «a riqueza melhor distribuída, os direitos mais respeitados, os deveres mais assumidos, a cultura mais acessível».

A evolução da conjuntura económica, designadamente a conjuntura internacional, criou, finalmente, condições favoráveis para que se realize o terceiro «D» do programa do MFA — desenvolver —, após os militares de Abril e aqueles que ocuparam posição cimeira ao longo destes anos terem realizado os outros dois «D» desse mesmo programa: descolonizar e democratizar, de entre eles, permito-me destacar o General Ramalho Eanes, o militar de Abril, que, na Presidência da República, eleito e reeleito sempre à primeira volta, foi indiscutivelmente um dos grandes obreiros da consolidação da democracia em Portugal.

Aplausos gerais.

O PRD espera e deseja que todos, inclusive os órgãos de soberania, no respeito mútuo pelas competências específicas, constitucionalmente definidas, colaborem e contribuam para a realização deste objectivo nacional, pela nossa parte, tudo faremos nesse sentido.

E se recordamos e saudamos o 25 de Abril assinando o que ele foi e representou, o que ele é e representa, importa salientar que a sua simbologia, a sua força, a sua esperança se continuam e desenvolvem nos jovens, dignos da juventude em tudo o que ela representa e sempre representou, para os quais vão as minhas últimas palavras — porque hoje, como ontem, o 25 de Abril é, sobretudo, amanhã.

Aplausos do PRD, do PSD, do PS, do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Partido Socialista, Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Do Preâmbulo da Constituição da República consta que:

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do País.

Ao integrar, com estas nobres palavras, no texto constitucional o acto libertador do 25 de Abril, a Assembleia Constituinte consagrou a revolução como um dever, simultaneamente constitucional e constituinte, dos capitães de Abril, que viram, assim, o seu acto reconhecido no mais alto diploma por que se rege Portugal.

Ao mesmo tempo a Constituição da República resumiu os objectivos essenciais do acto revolucionário e consagrou-os no texto constitucional.

«Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo», restituir aos Portugueses «os direitos e liberdades fundamentais».

Assim, comemorar o 25 de Abril é comemorar a paz, a que abriu caminho, as liberdades que restituiu, a democracia que ajudou a implantar, as condições que criou para que os legítimos representantes do povo elaborassem a Constituição.

Comemorar o 25 de Abril é assim também comemorar a Constituição da República.

Esta não foi imposta por um acto revolucionário, mas foi desse acto revolucionário que nasceram condições para que a Assembleia Constituinte a elaborasse e votasse.

Decorridos doze anos é tempo e mais que tempo de fazer o balanço do caminho percorrido e, sobretudo, do que importa percorrer na procura incessante de um Portugal sempre mais livre e mais fraterno.

Portugal é hoje o oposto do que era antes de 25 de Abril de 1974. Ao país da guerra sucedeu o país da paz, ao país da opressão e da ditadura sucedeu o país integrado no concerto das nações e empenhado na construção da Europa. Ao país do medo e da angústia sucedeu o país da segurança e da esperança de viver.

A descolonização trouxe-nos o ideal de contribuir para a criação de novas nações livres, independentes e soberanas.

A libertação do povo e o reconhecimento das liberdades fundamentais reforçou o ideal da democracia, considerada simultaneamente como regime institucional e forma de vida cujos defeitos, próprios de tudo o que é humano, só se corrigem com mais democracia.

Ao olharmos os novos países de expressão portuguesa fruto de uma vocação descolonizadora iniciada com a independência do Brasil e as instituições democráticas consagradas na Constituição da República, e de que V. Ex.^a, Sr. Presidente da República, é o supremo garante, temos a consciência de que o País se integrou na linha mais portuguesa da sua tradição histórica.

Penso, Sr. Presidente da República, que V. Ex.^a desejou sublinhar esse reatar da tradição ao depor, pouco antes da sua tomada de posse, um ramo de flores no Porto, junto à estátua daquele que foi o rei da descolonização do Brasil e da luta pelas liberdades essenciais: D. Pedro IV, o comandante do exército libertador, o rei-soldado.

A esta luz torna-se bem claro o reforço do 25 de Abril à consciência da nossa autêntica identidade nacional.

Só quando um povo se tornou homogéneo e, como tal, se constituiu definitivamente, quando brotou nesse povo a consciência pátria colectiva — e não vive só por mero instinto de viver —, só quando tem um ideal e compreende e sente as suas glórias é que pode irradiar ao mundo o seu pensamento.

As grandes tarefas que se põem hoje aos Portugueses só seriam realizáveis depois do reforço da identidade nacional na base da reconstituição de um ideal colectivo, vivido e participado que o 25 de Abril veio redefinir, nos seus contornos, e reforçar, na sua intencionalidade.

Portugal confronta-se hoje com um conjunto de problemas de cuja solução dependem os contornos políticos, sociais e económicos do País, nos tempos mais próximos.

Importa, em síntese, modernizar, europeizar e democratizar.

Modernizar significa, desde logo, recusar o que é antigo e caduco, integrando o País nas duas grandes revoluções do nosso século: a revolução espiritual e a revolução tecnológica.

A todo o acto revolucionário é anterior um processo de abertura do espírito que, desde o alvorecer da humanidade, se confunde com a luta pela expressão crítica, pelo racionalismo, pela batalha, quanto à alienação em relação à sociedade que nos rodeia.

O mundo atravessa um profundo processo de revolução espiritual, que incide não só sobre a criação de novos valores mas também sobre uma nova e mais exigente vivência de valores tradicionais.

A revolução espiritual do nosso tempo poderia ser caracterizada por uma só palavra: a tolerância.

Contudo, hoje, a tolerância é mais do que um acto nobre das consciências esclarecidas, pois é em si mesma uma forma de estar na vida.

O imenso avanço da ciência e das técnicas quebrou todos os dogmatismos e impôs a tolerância como o estado de espírito normal de encarar a realidade.

Sem enterrarmos definitivamente o Portugal do dogmatismo e da intolerância será impossível abrir as portas a uma assumida modernidade.

Os Portugueses decidiram viver o seu desenvolvimento económico e a sua revolução tecnológica no contexto da integração europeia.

Trata-se de um gigantesco desafio a todas as energias morais e materiais da Nação.

Todos são chamados a colaborar nesse esforço gigantesco, mas para que todos se sintam comprometidos importa que a integração europeia seja vivida, também, como quadro de resolução dos problemas mais essenciais e sentidos.

Importa, desde logo, resolver os problemas dos jovens, o problema da formação profissional, do primeiro emprego, da habitação, da ajuda à constituição de família.

Importa que a juventude saiba que os seus problemas são conhecidos e, sobretudo, resolvidos.

O 25 de Abril trouxe uma nova forma de encarar as relações de trabalho.

A melhoria das condições do funcionamento das empresas e das garantias, legítimas, dos investidores não pode ser feita à custa da diminuição dos direitos e garantias dos trabalhadores.

Modernizar é, nesta matéria, redefinir um novo conceito que integre como ponto positivo de estabilidade e desenvolvimento os direitos e garantias dos trabalhadores, que os factos mais do que as leis demonstram ser necessários a um autêntico e participado desenvolvimento económico.

À construção de uma Europa, na qual estamos empenhados, é inerente um reforço da democracia das instituições comunitárias.

Reforço ao nível dos Estados membros, reforço ao nível das próprias instituições comunitárias.

A política implica simultaneamente a criação de novas ideias e uma acção coerente do Estado e é esse processo de inovação criadora que está na base das modificações institucionais da CEE que a realidade demonstra serem cada vez mais necessárias.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O 25 de Abril de 1974 é uma data histórica pelos caminhos que abriu e pelo que, em si mesmo, realizou.

De tudo procuramos dar um singelo testemunho.

As gerações de portugueses que pela sua luta «indomável e indomada» souberam criar as condições para a madrugada libertadora do 25 de Abril está a Pátria agradecida e têm-na homenageado nas pessoas dos seus maiores.

Aqueles que fizeram a Revolução do 25 de Abril importa que hoje e sempre prestemos a mais serena e comovida homenagem.

Ao interpretarem «os sentimentos profundos» do povo português derrubando o regime fascista tornaram-se credores do reconhecimento da Nação.

Aos capitães de Abril diremos tão-só uma palavra: senhores! Graças à vossa acção a causa de Portugal é hoje uma «causa livre».

Aplausos gerais.

As tarefas que hoje se põem a Portugal só poderão ser levadas a bom termo em paz, liberdade e democracia, que serão a herança, sempre presente, do 25 de Abril.

Aplausos do PS, do PSD, do PRD, do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Partido Social-Democrata, Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores: Importa antes de mais explicitar que aqui não subo na estrita qualidade de vice-presidente do grupo parlamentar do meu partido, mas na de deputado indicado pela maior organização da juventude portuguesa.

Entendeu o PSD que devia caber à Juventude Social-Democrata subir à tribuna neste dia, porquanto, para nós, o 25 de Abril, mais que uma data do passado recente da nossa história, constitui um compromisso para com o futuro.

Creio que Fernando Pessoa teria dito também que «ser descontente é ser jovem».

É, pois, jovem e saudavelmente descontente que me permito dar o nosso contributo na reflexão colectiva que este dia nos impõe.

Sartre afirmou em Maio de 1968 que «deveremos abolir todas as hierarquias, a dependência de um homem em relação a outro homem».

Vivia-se a última explosão do movimento utópico, que destes tempos imemoriais foi prosseguido por filósofos, místicos, pensadores.

Também o 25 de Abril, mais do que um simples pronunciamento militar ou uma mudança de regime, foi a libertação do imaginário colectivo, a sensação de que tudo era possível, que não existiam nem peias nem limitações ao desejo de paz, desenvolvimento, harmonia, progresso.

Mas, como em todas as utopias, a realidade dos meses subsequentes veio agarrar-nos à terra, destruir os sonhos, mergulhar-nos num quotidiano que após a agitação inicial se foi revelando cada vez mais cinzento, cada vez mais dia a dia.

As crises sucederam-se, os equilíbrios foram sendo feitos a um nível cada vez mais baixo: a crise sucedia-se nova crise.

A sociedade portuguesa enquistou-se, refizeram-se e ampliaram-se mesmo os vícios do corporativismo.

A solidariedade, valor fundamental de qualquer projecto político que tenha por raiz o homem, foi-se diluindo na assistência social que conhecemos, a liberdade no mero exercício do direito de protestar e de votar, a fraternidade numa série de lutas egoístas.

No entanto...

No entanto, a chama da utopia, da vontade de mudar, a crença numa sociedade mais humana, mais viva, não se perdeu.

Os arautos da desgraça, os profetas do fim do regime não viram os seus prognósticos (desejos, quicá) realizados.

Com um vigor supreendente a democracia resistiu.

As instituições foram crescendo, e dos trôpegos balbúceos e tropeções iniciais evoluíram para um sistema em que do poder autárquico aos governos regionais e ao executivo central se constata hoje uma capacidade técnica e uma maturidade que nada têm a ver com a situação de há dez anos.

No entanto, o País cresceu de forma desequilibrada e injusta.

Privilegiou, ainda, os privilegiados, marginalizou os que marginalizados estavam do sistema ou que a ele tinham acesso meramente simbólico.

A legislação laboral defendeu quem tinha emprego, deserdou quem buscava a sua primeira oportunidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os jovens pagaram a factura. Hoje, são mais de 350 000 à procura do primeiro emprego.

O sistema de incentivos ao investimento e outros mecanismos de apoio estatal à actividade económica acabaram invariavelmente por privilegiar os centros urbanos litorais em desfavor do interior. Os números oficiais aí estão para o provar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E é por tudo isto que sempre defendemos que não basta agir sobre a conjuntura. As reformas que se impõem não podem ser adiadas.

Foi o adiamento das soluções e a recusa de encetar as reformas indispensáveis que precipitou a queda do anterior regime.

Temos de ser capazes de dar resposta aos problemas económicos e sociais do País. E isso é uma responsabilidade colectiva que nenhum de nos pode enjeitar.

Aplausos do PSD.

Há particulares boas condições para o fazer. Um governo coeso e capaz, uma conjuntura económica favorável, a integração na CEE. Seria indesculpável que perdêssemos estas condições por questiúnculas de menor importância.

O verbalismo inconsequente há muito que passou de moda.

Já o apóstolo dizia que «o crente sincero não é o que bate no peito e diz Senhor, Senhor, mas o que pratica as boas obras».

Também nós afirmamos que não está com o 25 de Abril quem traz sempre na boca as conquistas de Abril, mas quem governando constrói progresso e promove justiça social.

Aplausos do PSD e do CDS.

Os jovens que vêm a seguir à minha geração eram ainda crianças em 1974. Para eles as datas fazem já parte do nevoeiro da história; mas as condições sociais em que hoje vivem e o futuro que lhes espera são as referências que ficam para julgar este regime.

Colectivamente temos três grandes desafios a vencer:

- A integração europeia;
- A regionalização;
- A entrada na sociedade da informação.

A integração europeia para nós não é a mera construção de um Mercado Comum. O que se deseja é a construção de um espaço europeu dotado de autonomia tecnológica, de defesa, de política externa.

Queremos uma Europa dinâmica, temperada pela riqueza da sua diversidade cultural, mas unida em torno de um projecto de futuro que não se resume a um conjunto insonso de directivas ou à construção de uma burocracia supranacional a que os mais/bem-humorados chamaram eurocracia.

As recentes crises no Mediterrâneo vieram mostrar à evidência que sem um grande salto qualitativo a Europa resumir-se-á a palco de disputa das superpotências. O segundo desafio é o da regionalização.

Passar das autarquias de infra-estruturas para as autarquias de desenvolvimento. Ora, esta é outra autarquia.

Tem de ter massa crítica, espaço, projecto. Tem de possuir uma alma. O seu desenvolvimento é a única forma de viabilizar este país através da valorização da diferença, dos recursos naturais que num país geograficamente tão pequeno assumem uma diversidade tão assinalável.

O nosso futuro económico não está na produção massificada de bens e serviços. Está nos mercados de qualidade, nas excelências da nossa diferença. Do turismo aos primores agrícolas, da cristalaria aos vinhos de qualidade.

O terceiro desafio é o da sociedade de informação, que representa mais do que a simples evolução da ciência e da tecnologia e que ao modificar as relações sociais e de produção e ao alterar as fontes de poder, implica com a organização social e com o quadro de valores por que até hoje se aferiam os comportamentos e a moral.

E porque subsiste o perigo de uma sociedade dual entre os que têm o saber e os que o consomem sobreleva a importância da aposta na educação.

Não uma educação clássica que nos dê apenas o «saber fazer». É necessário que a educação responda às necessidades do homem de hoje, o «fazer sabendo», esta capacidade cognitiva de perceber o mundo que o rodeia, as nossas relações, os novos processos de decisão. De ser um protagonista, não um espectador.

O mundo é outro, as instituições são fortes se os cidadãos forem fortes. O nosso sistema não o está a fazer.

Por isso, ao fim de doze anos continuamos insatisfeitos, mas continuamos decididos... a lutar.

São, no fundo, os desafios de um país que se prepara para sofrer o embate europeu e mundial sem ainda ter digerido o embate revolucionário; de um país que acaba de ingressar no Mercado Comum com um mercado burocratizado; de um país com tantas assimetrias regionais quanto as desesperanças deixadas pelas falsas promessas de modernização; de um país, afinal, que, não podendo decidir da sua vulnerabilidade aos tempos actuais e ao ritmo da evolução social e tecnológica em todo o mundo, não pode também adiar ou evitar o confronto com a modernidade, sob pena de se esvair em expectativas frustradas e de se esvaziar na sua independência e no seu orgulho.

E porque este é um desafio que não queremos comprometer, a minha geração diz «presente», aqui e lá fora. Estamos e queremos estar com voz própria e capacidade para intervir, para participar, para ajudar a construir num país sem complexos uma sociedade mais justa, um Portugal mais europeu, um futuro que já começou porque o amanhã é já hoje.

Aplausos do PSD, do CDS e alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Ex.^{mo} Sr. Presidente da República, Ex.^{mo} Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Ex.^{mo} Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, meus distintos convidados militares de Abril, Srs. Deputados: Move-me o forte desejo de ser breve.

O meu propósito foi-me facilitado pela feliz oportunidade que tivemos de ouvir cada um dos dignos representantes dos grupos parlamentares.

A sua voz, traduzindo a sensibilidade e visão políticas que as motivações desta sessão lhes suscitaram, constitui, na sua diversidade e no seu conjunto, a expressão e a vontade do Parlamento.

Por isso esta sessão se tornou mais rica, mais viva, mais completa.

Ópticas diferentes, perspectivas novas, projectos inovadores, serão dados preciosos para que possamos reflectir e cobrar alento, continuando, com mais firmeza e renovado entusiasmo, o destino que foi sonho e é projecto, assumido por um povo na arreigada certeza dos seus fins.

Penso que esta sessão terá, no seu cerne, não só a vontade de comemorar mas também o de, analisando o presente, projectar o futuro, que desejamos.

Como me não caberá, aqui e agora, falar em nome do Parlamento, julgo que o privilégio que me concedesteis, Srs. Deputados, de usar da palavra se situará, mais precisamente, no plano do testemunho pessoal.

É nesta perspectiva e com esse propósito que alinhei umas poucas considerações, que valerão tão-só como intenção de marcar presença em acto que a todos pertence.

Só por isso ele constituirá parte preciosa do meu património vivencial, foi distinção que não enjeitei, foi gentileza que me apraz registar no agradecimento que sentidamente vos dirijo.

Aos meus distintos convidados, que nos deram a honra da sua presença, desejo manifestar-lhes o meu reconhecimento.

Ao Ex.^{mo} Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça os meus respeitosos cumprimentos.

A V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, e aos membros do Governo, expresso as minhas cordiais saudações.

A V. Ex.^a, Sr. Presidente da República, reiteramos o respeito e admiração que de forma vinculada lhe tributamos, acrescida do natural prazer com que o ouviremos em breve.

Srs. Deputados, há dias, relendo Fernando Pessoa, fixei parte de um admirável poema, o «Quinto Império», que, integrado na mensagem, referia:

Para a obra que há que prometer
Ao nosso esforço alado em si,
Convoco todos sem saber
(E a hora!) aqui!

No espaço desta parcela poética inscrevi meu pensamento.

Por isso a invoquei.

É que os poetas são quase sempre os que rompem o tempo, fazendo o futuro presente como quem aponta caminhos e o norte a perseguir.

O 25 de Abril foi alvorada de intenções a dar forma e sentido ao projecto que pretendemos ver realizado.

Naquele dia, que agora recordamos, o povo fez festa!

Vibrou genuína e autenticamente ao reencontrar-se com os seus valores mais queridos, com as suas tradições democráticas a que jamais renunciara, pois eram o seu guia, a sua razão de ser, desde as raízes mais profundas da sua identidade.

É esse reencontro que celebramos e com ele relembramos a coragem e a lucidez de todos quantos o tornaram possível.

Esquecê-los seria nódoa imperecível a marcar a ingratidão injusta e malsã de quem se aproveita dos méritos sem atentar na fonte que os tornaram possíveis.

Infelizes os povos que perdem a memória do seu passado e não sabem honrar os que, desprezando os seus interesses, arriscaram a própria vida pelas causas nobres onde todos nos sentimos justificados. É por esta razão, militares de Abril, que nos sentimos gratificados com a vossa presença.

Aplausos do PSD, do PS, do PRD, do PCP e do MDP/CDE.

Acolhendo-me à inspiração do poeta eu me pergunto: que obra foi prometida?

Que esforço temos feito?

Por que vos convoquei a todos? E aqui?

Foi prometido um Portugal cada vez mais livre, mais fraterno e mais justo. Onde cada português se sentisse senhor do seu próprio destino no legítimo exercício dos seus direitos e na clara consciência dos seus deveres;

Onde a solidariedade, a alegria de viver, a confiança no futuro fossem certezas ao alcance de cada um;

Onde a liberdade política não fosse uma mentira porque não existiriam os economicamente escravos;

Onde se não vivessem paredes meias com o desemprego, a fome e a miséria, num aviltamento que fere e esmaga o sentido mais nobre da dignidade humana.

Esta a obra prometida; estes os anseios que senti no despertar de Abril.

A revolução se abriu e cresceu como uma aurora de esperança.

Pelo seu impulso se tornou possível a Constituição, como já aqui foi dito.

Pela sua projecção estamos aqui para, em liberdade, nos julgarmos pelo que fizemos, pelo que fazemos, pelo que faremos...

Muitos erros se cometeram. Muitas injustiças tiveram lugar.

Omissões gritantes preenchem a nossa experiência. Mas estamos pagando, com corajoso optimismo, os custos dessa maravilhosa e apetecida aventura, porque ela nos trouxe ao campo largo da liberdade, para nele ser possível a construção da paz, da justiça e da segurança com que sonhámos.

Foram derrubados os muros! Estão abertos os caminhos!

Vamos tornar mais curta a longa jornada que nos espera...

Muitos se ficarão, ainda presos, pelas vicissitudes sofridas, moendo o travo amargo da quebra dos seus privilégios, sem se darem conta de que pouco contam na impetuosa e admirável caminhada que o povo então encetou como independente e livre.

Com a força do espírito que a ditou ultrapassaremos o arcaísmo da nossa agricultura; modernizaremos a nossa indústria tradicional e pouco competitiva; aumentaremos a nossa produtividade; diminuiremos o nosso défice; fortaleceremos o nosso poder de compra; deixaremos de ser o segundo país menos desenvolvido da Europa.

E se nos preocupam, tão fortemente, estas premissas do futuro que projectamos e se os dados da nossa economia estão presentes na arquitectura do que pensamos, não deixaremos de exigir que ela seja eminentemente humana!

Eminentemente humana:

Pelo reconhecimento do primado do trabalho sobre o capital;

Da responsabilidade pessoal sobre o aparelho anónimo;

Dos organismos sobre os mecanismos;

Do serviço social sobre o lucro.

Se os factores económicos são essenciais à nossa promoção, não olvidaremos que eles só o serão se estiverem ao serviço da pessoa humana.

Só por ela e para ela, como centro e razão de ser de todas as nossas preocupações, se explica e justifica a ansia do nosso desenvolvimento. Por isso entendemos, como Josué de Castro, que há que «integrar à economia os factores humanos de forma a fazer do desenvolvimento económico o meio de proporcionar a todos não só os bens de necessidade que lhes fazem falta mas também os bens de dignidade que as suas consciências reclamam».

Com este desejo estamos vencendo pesadas décadas de aspirações amordaçadas, de apodrecida estagnação.

A «voz da boa vontade» está a fazer-se cada vez mais rigorosa, mais corajosa, mais obstinada. Ela ultrapassará os mitos, as ironias sumárias, os silêncios temerosos.

Os homens do futuro, os jovens do nosso tempo — como aqui tivemos ocasião de ouvir —, esperam dela a plenitude consciente do nosso esforço.

Este tem vindo a processar-se de forma tão patente, que temos o legítimo direito à esperança.

A paciência terá de moderar a sofreguidão do imediato; a serenidade terá de realizar com firmeza; a coragem não permitirá paragens.

A pouco e pouco a ingente tarefa dos responsáveis vai ganhando os seus saldos positivos na construção do futuro, vencendo atropelos, desprezando manipulações, não se quedando na intriga.

O que se fez, o que se está a fazer, é a garantia de que se fará cada vez melhor.

Foi com esta certeza que vos convoquei a todos e aqui.

Para tornar mais funda e larga a solidariedade que a todos compromete na satisfação do bem comum.

E, aqui, por ser «centro vital da democracia», por ser sede da liberdade, por ser o eixo privilegiado das preocupações de um povo onde os seus mandatos têm desenvolvido um trabalho que os honra e torna dignos da escolha com que foram distinguidos.

Aplausos do PSD, do PS, do PRD, do PCP e do MDP/CDE.

Esse trabalho vai prosseguir para que com o povo e no povo, com os governantes, com V. Ex.^a, Sr. Presidente da República, possamos cumprir o Portugal de Abril.

Aplausos gerais.

Tem a palavra S. Ex.^a o Sr. Presidente da República.

O Sr. Presidente da República: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Srs. Embaixadores, Srs. Convidados: Doze anos depois do movimento patriótico que restituiu a liberdade aos Portugueses, tornando-os cidadãos na plenitude dos seus direitos, comemorar o 25 de Abril não pode nem deve ser uma rotina. Pelo contrário: deve ser um acto criador de reafirmação e confiança dos Portugueses no futuro de Portugal e nas virtualidades do regime de democracia pluralista que temos vindo colectivamente a construir, desde 1974, em paz e liberdade, superando dificuldades imensas e inevitáveis contradições.

Creio que nenhum outro quadro é mais adequado a essa celebração do que a Assembleia da República, sede da representação nacional e centro vital da nossa democracia, que — como uma vez já disse e hoje repito — todos os democratas têm o dever irrecusável de prestigiar. A circunstância de o fazermos aqui, em comunhão de todos os órgãos de soberania, cuja legitimidade deriva directa ou indirectamente do sufrágio universal, na presença dos grandes corpos do Estado e sob a égide de V. Ex.^a, Sr. Presidente da Assembleia da República, figura moral e política de indiscutível dignidade e isenção — que respeitavelmente saúdo, saudando em V. Ex.^a todos os Srs. Deputados —, confere a este acto um valor simbólico de inegável significado nacional. Acto que não deve ser polémico, independentemente do desejável pluralismo das interpretações e das motivações, mas antes de convivência cívica e de verdadeira concórdia nacional, sem discriminações, e tendo por único fundamento o respeito mais absoluto pela vontade popular livremente expressa pelos Portugueses.

Temos todos a consciência de que foi apenas em 25 de Abril que, para Portugal, começou o futuro — um futuro que queremos de liberdade, de afirmação nacional, de respeito pelos outros e pelo seu direito à diferença, de prosperidade e de paz. Não é de mais, por isso, que saudamos de novo os que o tornaram possível: os militares de Abril e todos aqueles que ao longo dos anos, e foram tantos, indomavelmente, se bateram pela liberdade e pelo direito ao respeito da sua própria dignidade de cidadãos.

Aplausos gerais.

Em doze anos de regime democrático demos passos de gigante, mudámos as coisas, a terra e, sobretudo, as mentalidades, com acertos e desacertos inevitáveis, ultrapassando traumatismos e crises diversas, de origem própria e alheia, mas importa reconhecer que o povo português, em todas as circunstâncias, teve sempre a sabedoria, nas suas escolhas, de salvaguardar o essencial. Vivemos hoje numa sociedade aberta, responsável, pacífica, de incontestável vitalidade democrática, onde as instituições funcionam com normalidade, e está assegurada a participação plena dos cidadãos e das associações mais diversas em que livremente se agrupam, nos planos político, económico, social e cultural; sociedade que hoje se insere e tem por referência o quadro mais amplo da Comunidade Europeia, em que começamos agora a integrar-nos, sem perda da nossa identidade nacional.

À nossa frente abre-se-nos, assim, um futuro de esperança. Ninguém tem, pois, razão para ser pessimista ou descrente quanto à comunidade nacional. Um futuro de progresso e de bem-estar está ao nosso alcance e depende fundamentalmente de cada um de nós, porque a todos estão abertas iguais possibilidades de intervenção na sociedade e no Estado. Nesse aspecto, não aceitamos exclusões nem discriminações ou desculpas, sejam de que natureza forem. Temos o dever nacional de não deixar perder a oportunidade que se nos oferece.

Os Portugueses estão naturalmente orgulhosos da liberdade que usufruem — e daquilo que ela lhes promete no domínio da criatividade e da participação —, mas sabem que lhes falta ainda construir uma sociedade, donde seja erradicada a pobreza, a ignorância, a intolerância e que nos recupere de um atraso secular, em segurança e no respeito pelos direitos de todos.

Nunca como agora foram tão grandes as expectativas legítimas nem as possibilidades, a prazo razoável, de dar expressão concreta aos anseios dos Portugueses. Consolidado o regime democrático, membros de pleno direito da Comunidade Europeia, vencidos os desequilíbrios financeiros externos, que tanto e tão longamente nos afectaram, necessitamos tão-só de sermos capazes de desenvolver um quadro de estabilidade política e institucional que estimule a concretização de iniciativas, privadas, públicas e cooperativas, integradoras de uma estratégia nacional de desenvolvimento, em termos tanto quanto possível consensuais.

As condições dessa estabilidade pressupõem relações de diálogo permanente, confiado e sereno, a todos os níveis, mas, em especial, e no respeito pelas competências de cada um e pelo princípio da separação dos poderes, entre o Presidente da República, que é o garante da unidade nacional e do regular funcionamento das instituições, a Assembleia da República, expressão da vontade política dos Portugueses na pluralidade das suas opções e garantia da alternância democrática, e,

finalmente, o Governo, órgão de condução da política geral do País e órgão superior da Administração Pública. Esse diálogo é de fundamental importância para assegurar a estabilidade política e institucional, numa democracia moderna e em termos de país desenvolvido que desejamos ser. É condição necessária da estabilidade política e da paz social, ambas imprescindíveis para ganharmos o desafio europeu e não perdermos a grande oportunidade histórica que as circunstâncias e a vontade política dos homens puseram ao alcance de Portugal, nestes anos finais do século XX.

Esta cerimónia de hoje é também o símbolo dessa relação e um sinal de estabilidade e de solidariedade entre as instituições representativas, como é próprio de uma democracia consolidada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vivemos num mundo em mudança, marcado por acentuadas incertezas e explosivas desigualdades, mas também por grandes progressos tecnológicos e científicos, a que não podemos ficar alheios, como Nação soberana. Pertencemos hoje à Comunidade Europeia, ela própria sujeita a grandes desafios, em vinculada concorrência com outros pólos de desenvolvimento a nível mundial.

A integração na Comunidade Europeia não pode, porém, representar para nós tão-só o acesso a créditos, a apoios e a tecnologias sem que procuremos marcar, com o contributo da nossa cultura, do nosso potencial humano e da nossa vocação universalista o todo em que nos inserimos. A Europa dos cidadãos e das tecnologias, que está em construção, tem de ser também obra nossa, dos nossos criadores, cientistas, políticos, técnicos, empresários, como já é, por direito próprio, dos nossos trabalhadores emigrantes.

Podemos e devemos, a partir de agora, não centrar tão-só as nossas preocupações sobre os problemas conjunturais, que tanto nos absorveram, por justificadas razões, nos últimos anos, e que continuam a ser muito importantes, e inserirmo-nos na problemática do nosso tempo, na perspectiva do interesse nacional, a médio e a longo prazos, operando para tanto as reformas de estrutura que a modernidade exige de nós.

Somos um país amável e tranquilo que desfruta hoje no mundo de invejável prestígio internacional, sem problemas linguísticos, étnicos, religiosos ou regionais e, por isso, com uma grande coesão nacional, que vive em paz e nos melhores termos com os seus vizinhos e aliados, goza de uma situação geo-estratégica ímpar e tem um potencial de recursos humanos e materiais que importa não menosprezar. Partindo destes dados de base, há que procurar definir, por forma tanto quanto possível consensual, os grandes desígnios nacionais e interiorizá-los na consciência pública, para que os cidadãos se sintam plenamente motivados: uma estratégia de desenvolvimento, que tenha por metas o progresso económico, a modernização das estruturas produtivas, a afirmação da iniciativa, a solidariedade social e regional, o aumento do bem-estar, para todos; a valorização da nossa cultura e da língua portuguesa, que será falada no final do século por mais de 200 milhões de seres humanos; a gestão racional dos nossos recursos humanos e materiais; a reforma do Estado, assegurando a mudança nas suas relações com a sociedade, a empresa e os cidadãos.

Portugal está hoje em condições de superar a médio prazo — mas definitivamente — os factores de atraso, de dependência e de inércia, que tanto nos têm condicionado. Nesse sentido, torna-se urgente fazer um es-

forço formidável na educação e na formação profissional da nossa juventude, apostando a fundo na investigação científica e tecnológica e abrindo grandes espaços, nas nossas preocupações quotidianas, à plena criatividade e à inovação. Com efeito, a inovação e a participação terão de ser opostas ao conformismo e à passividade, que vêm de longe, e a criatividade e o pluralismo à imitação e ao seguidismo amorfo. Trata-se de criar um estado de espírito colectivo, especialmente entre as jovens gerações, que ultrapasse clivagens ideológicas e se consubstancie num verdadeiro projecto nacional, assumido como tal pelo maior número de portugueses possível.

O espírito de mudança, que caracteriza as dinâmicas sociedades industriais dos países democráticos avançados, e que nos interessa tomar por referência, tem como pólo e motor a importância fundamental atribuída à ciência, à tecnologia e à cultura. Aí também devemos investir em força, a partir de agora, descentralizando iniciativas, libertando e responsabilizando as energias criadoras da sociedade civil, demasiado tuteladas ou dependentes do poder do Estado.

Nesse sentido, políticas de descentralização e de regionalização, evitando todas as formas de clientelismo, são essenciais para assegurar uma dinâmica equilibrada de desenvolvimento e uma maior participação política, a todos os níveis. Os passos que se deram na formação das instituições autonómicas, que em breve celebrarão dez anos, na Madeira e nos Açores, foram essenciais e têm de ser continuados; do mesmo modo aconteceu com a implantação do poder local democrático, que hoje constitui uma pujante realidade, mas que importa desenvolver, designadamente no plano regional, corrigindo assimetrias e desigualdades e valorizando as comunidades mais isoladas.

O Estado, como agente de solidariedade nacional, tem um papel próprio a desempenhar na correcção das desigualdades e na protecção das comunidades e dos grupos sociais mais vulneráveis aos impactes perversos da modernização e do desenvolvimento.

Um grande filósofo contemporâneo enunciou como objectivos essenciais do Estado democrático: «reduzir a infelicidade ao mínimo» e «elevar ao máximo a liberdade de as pessoas viverem como desejam». «A minha proposta» — escreveu ele —, «é que o sofrimento que se puder evitar deve ser considerado como o problema mais premente da política pública racional, enquanto a promoção da felicidade deve ser deixada à iniciativa de cada um». Reduzir a infelicidade ao mínimo implica, pois, que o Estado democrático seja capaz de garantir a justiça e a segurança, de rectificar abusos e corrigir anomalias, no quadro de um sistema equitativo de distribuição de poderes, de bens e de oportunidades. Elevar ao máximo a liberdade de as pessoas viverem como desejam implica, por seu turno, o investimento de recursos públicos em domínios como a educação, a cultura, a saúde, a segurança e a habitação social, sempre com o objectivo de ampliar a gama de escolhas e, portanto, a dimensão de liberdade aberta às pessoas.

Obviamente que o Estado desempenha, numa sociedade moderna, funções próprias na regulação da economia, na protecção de empresas mais vulneráveis ou na promoção de projectos inovadores, pela sua qualidade tecnológica, pela sua dimensão cultural ou pelo seu significado estratégico. Mas não tem, quanto a mim, que se substituir à imaginação, ao espírito de

empresa e à livre iniciativa dos cidadãos, imprescindíveis para assegurar o progresso e a liberdade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Portugal está hoje em condições de retomar um papel importante na comunidade internacional, na linha da sua história gloriosa, da sua velha e original cultura, da vocação própria do seu povo e dos seus próprios projectos nacionais. Os Portugueses têm de se convencer disso e afastar de si complexos de inferioridade, face ao estrangeiro, que nada justifica. Há aí espaço para um saudável patriotismo, voltado resolutamente para o futuro, como ensinava Jaime Cortesão, e não apenas para a rememoração de antigas glórias.

Membro de pleno direito da comunidade europeia, Portugal tem de ser capaz e determinado para diferenciar a sua posição estratégica e económica no quadro das especializações comunitárias e ocidentais, ao mesmo tempo que deverá preparar-se activamente para participar na construção europeia, como projecto de crescente autonomia da Comunidade, em relação aos outros pólos mundiais de desenvolvimento industrial e por forma a facilitar a recuperação e uma maior competitividade das economias comunitárias, uma acção internacional coordenada e mais decisiva, designadamente em relação à África e à América Latina e uma maior capacidade e autonomia de defesa própria.

Como é evidente, o papel de Portugal será tanto mais importante quanto maior for a autonomia da sua intervenção e da sua estratégia própria de desenvolvimento, a valorização da sua identidade nacional e cultural, a especificidade e riqueza da sociedade que for capaz de desenvolver e a capacidade de adaptação e mobilidade dos Portugueses.

Como Estado, Portugal não pode prescindir dos seus deveres em relação às comunidades portuguesas que se dispersam pelas sete partidas do mundo e que são parte integrante da nossa Nação e da nossa cultura. Nem pode demitir-se da promoção e defesa constante da língua portuguesa, em fraterna cooperação com o Brasil, a que nos ligam laços de tão grande afectividade, que importa agora reforçar com acções concretas de intercâmbio efectivo, e com os países africanos de língua portuguesa, de que nos sentimos irmãos, pela história e pela cultura, e com os quais é urgente desenvolver, com pragmatismo, rigor, independência e espírito de criatividade, relações as mais estritas possíveis.

Portugal e os Portugueses não são estrangeiros em nenhuma parte do mundo. Vencidos os estigmas do ostracismo a que estivemos sujeitos durante tantas décadas, restaurada a dignidade e o nosso próprio prestígio externo, tendo hoje uma presença e uma voz indiscutíveis na comunidade internacional, recuperados os valores da liberdade e da tolerância, que identificam a cultura humanista e o universalismo português, sejamos, orgulhosamente, portugueses.

O legado inestimável do 25 de Abril foi abrir-nos de par em par as portas do futuro, facultando a todos, e sobretudo aos jovens, a responsabilidade e o gosto de ser portugueses. Temos hoje tudo nas nossas mãos. Moldemos o destino. A liberdade, o desafio, a inovação, a aventura, o risco — saibamos vivê-los solidariamente e em responsabilidade.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

A banda da Guarda Nacional Republicana executou de novo o Hino Nacional.

Realizou-se então o cortejo de saída, composto pelas mesmas individualidades da entrada, tendo o Sr. Presidente da República saudado o corpo diplomático com uma vénia ao passar diante da respectiva tribuna.

Eram 13 horas e 45 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Álvaro José Rodrigues Carvalho.
Amândio Anes de Azevedo.
Amândio Santa Cruz Basto Oliveira.
Amélia Cavaleiro Andrade Azevedo.
Arménio dos Santos.
Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.
Daniel Abílio Ferreira Bastos.
Dinah Serrão Alhandra.
Domingos Duarte Lima.
Fernando Manuel Cardoso Ferreira.
Fernando Monteiro do Amaral.
João Luís Malato Correia.
José Ângelo Ferreira Correia.
José Augusto Santos Silva Marques.
José Manuel Rodrigues Casqueiro.
José Mendes Bota.
José Mendes Melo Alves.
Manuel da Costa Andrade.
Manuel Joaquim Dias Loureiro.
Manuel José Marques Montargil.
Maria Antonieta Cardoso Moniz.
Mário Júlio Montalvão Machado.

Partido Socialista (PS):

Agostinho de Jesus Domingues.
Alberto Marques de Oliveira e Silva.
António Miguel Morais Barreto.
António Magalhães Silva.
António Manuel de Oliveira Guterres.
Armando António Martins Vara.
Armando dos Santos Lopes.
Carlos Manuel N. Costa Candal.
Carlos Manuel Pereira Pinto.
Jaime José Matos da Gama.
João Cardona Gomes Cravinho.
João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
José Apolinário Nunes Portada.
José Carlos Pinto B. Mota Torres.
José Manuel Torres Couto.
José dos Santos Gonçalves Frazão.
Leonel de Sousa Fadigas.
Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.
Rui Fernando Pereira Mateus.
Victor Manuel Caio Roque.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Eurico Lemos Pires.
Francisco Barbosa da Costa.
Ivo Jorge de Almeida dos Santos Pinho.
João Barros Madeira.
Joaquim Jorge Magalhães Mota.
José Alberto Paiva Seabra Rosa.

José Carlos Pereira Lilaia.
 Maria Cristina Albuquerque.
 Maria da Glória Padrão Carvalho.
 Rui de Sá e Cunha.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Partido Comunista Português (PCP):

António Dias Lourenço da Silva.
 António Vidigal Amaro.
 Cláudio José Santos Percheiro.
 João Carlos Abrantes.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 Maria Margarida Tengarrinha.
 Maria Odete dos Santos.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Centro Democrático Social (CDS):

Abel Augusto Gomes de Almeida.
 Adriano José Alves Moreira.
 Eugénio Nunes Anacoreta Correia.
 Henrique José Pereira de Moraes.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 Hernâni Torres Moutinho.
 Horácio Alves Marçal.
 José Augusto Gama.
 Manuel Eugénio Cavaleiro Brandão.
 Manuel Tomás Rodrigues Queiró.
 Nárana Sinai Coissoró.

Deputados Independentes:

António José Borges de Carvalho.
 António Poppe Lopes Cardoso.

A REDACTORA, Ana Maria Marques da Cruz.

PREÇO DESTE NÚMERO: 56\$00

Depósito legal n.º 8818/85.

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.



PORTE
PAGO